

TERRITORIALIZAÇÃO DAS ARBOVIROSES NA MICROÁREA DO BAIRRO SANTA LÚCIA: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO COM ENFOQUE COMUNITÁRIO

Autor(res)

Diana De Lima
Paula Simonassi Guaitolini
Larissa Neves Dos Reis
Rui Gabriel Leoni Mororó
Maria Fernanda Dias De Andrade
Kaio Souto Santos
Lincoln Soares Ribeiro

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE EUNÁPOLIS

Introdução

As arboviroses representam um dos principais desafios contemporâneos para a saúde pública, especialmente em países tropicais e subtropicais, como o Brasil. Caracterizadas pela transmissão de vírus por mosquitos do gênero *Aedes*, essas doenças têm apresentado expansão territorial e aumento expressivo de casos nas últimas décadas, impulsionados por fatores socioambientais e climáticos (Cardoso et al., 2025). Entre as arboviroses de maior relevância epidemiológica destacam-se dengue, chikungunya e zika, enfermidades que compartilham vetores, sintomas semelhantes e impactos significativos sobre os sistemas de saúde.

Sob o contexto do estado da Bahia, a situação epidemiológica é preocupante. Em 2024, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) registrou crescimento superior a 500% nos casos de dengue, em comparação aos dois anos anteriores, com mais de 6.300 casos prováveis até fevereiro, distribuídos em 43 municípios em situação de epidemia ou alerta (Bahia, 2024). Dessa maneira, a persistência desses números evidencia não apenas a necessidade de ações intervencionistas, mas também o fortalecimento das estratégias de vigilância e de controle vetorial na Atenção Básica.

Diante desse cenário, o processo de territorialização se apresenta como ferramenta primordial para a gestão e o planejamento em saúde, permitindo uma análise integrada dos determinantes epidemiológicos, ambientais e sociais que influenciam a ocorrência das arboviroses. Sob essa ótica, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), territorializar significa reconhecer e compreender o território em sua complexidade, abrangendo dimensões geográficas, culturais e socioeconômicas que interferem diretamente na saúde da população (Brasil, 2018). Dessa forma, essa abordagem é crucial para o mapeamento de áreas de risco e para o direcionamento eficiente de ações preventivas e educativas.

Ademais, o projeto de extensão tem o propósito de contribuir para o fortalecimento da vigilância epidemiológica local, por meio do mapeamento e da estratificação do risco de arboviroses em microáreas do município de

3º COLÓQUIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Eunápolis, com o objetivo de auxiliar na mitigação do aparecimento de quadros clínicos causados pelos vetores abordados neste trabalho. Assim, ao analisar variáveis relacionadas à coleta de resíduos, ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, o projeto busca evidenciar como as condições de infraestrutura urbana e de saneamento básico se associam à incidência das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*.

Nesse sentido, a integração entre conhecimento técnico, participação comunitária e territorialização do cuidado torna-se um instrumento potente de transformação social e promoção da saúde coletiva. Paralelo a isso, o uso de ferramentas como mapas temáticos e análises espaciais favorece a compreensão da dinâmica das arboviroses e contribui para o desenvolvimento de estratégias mais equitativas e resolutivas, alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, o projeto reforça o papel da extensão universitária como ponte entre ensino, pesquisa e comunidade, ao mesmo tempo em que estimula a formação de profissionais críticos e comprometidos com a realidade social e sanitária do território.

Diante de todo esse cenário, este projeto busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais fatores relacionados ao ambiente domiciliar e ao saneamento básico estão associados à incidência de arboviroses nas microáreas analisadas?

Considerando essa realidade, torna-se evidente a necessidade de compreender como os fatores ambientais presentes no território influenciam o comportamento das arboviroses, especialmente em áreas onde o saneamento básico apresenta fragilidades importantes. Justifica-se, assim, a realização deste projeto, que busca aproximar ensino, serviço e comunidade para fortalecer ações de prevenção e apoiar o planejamento das equipes da Atenção Básica. Ao reconhecer a complexidade do território e suas vulnerabilidades, espera-se produzir informações que contribuam para intervenções mais direcionadas e efetivas.

Objetivo

Mapear e estratificar o risco de ocorrência de arboviroses por microárea no bairro Santa Lúcia, em Eunápolis, a partir da análise da associação com indicadores de saneamento ambiental, como coleta de resíduos, abastecimento de água e drenagem/esgotamento sanitário, por meio da construção de mapas temáticos e de um índice de priorização territorial.

Material e Métodos

Estudo ecológico e transversal realizado nas microáreas de UBS de Eunápolis (BA), utilizando dados do SINAN e observações de campo com ACS e ACE. Foram analisados casos de dengue, zika e chikungunya no primeiro semestre de 2025 e variáveis ambientais relacionadas ao saneamento.

As incidências foram calculadas por 1.000 habitantes, aplicando estatística descritiva, correlação de Spearman e mapas temáticos para identificação de padrões territoriais. O projeto incluiu uma oficina educativa com ACS. O tratamento dos dados seguiu a Resolução nº 510/2016.

Resultados e Discussão

Durante o período de 21 de setembro a 1º de novembro de 2025, foi realizada uma análise das ações de vigilância no bairro Santa Lúcia, com foco no controle do *Aedes aegypti* e na prevenção das arboviroses. Foram contabilizados 72 quarteirões, todos contemplados na área de atuação da equipe, demonstrando adequada organização territorial e uma cobertura geográfica formal. Esse dado evidencia que o planejamento incluiu, de forma integralmente, o território, permitindo delimitação clara das áreas sob responsabilidade da equipe.

No entanto, dos 2.429 imóveis cadastrados, apenas 1.684 foram efetivamente trabalhados, o que corresponde a uma cobertura de 69,3%. Embora isso represente mais da metade dos imóveis, esse percentual ainda é

3º COLÓQUIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

insuficiente para garantir impacto significativo no controle vetorial. A inspeção domiciliar atingiu apenas 26,7% dos imóveis, o que revela baixa efetivação das ações de campo e possível dificuldade de acesso aos domicílios. Esse cenário aumenta o risco de subnotificação de focos e manutenção de criadouros não identificados.

Além disso, 846 imóveis não foram trabalhados, resultando em 34,8% de pendência. Esse indicador demonstra fragilidade operacional e necessidade de estratégias de resgate, como retorno em horários alternativos, intensificação da mobilização comunitária e sensibilização dos moradores quanto à importância da abertura dos imóveis para inspeção. Percentuais elevados de pendência comprometem a confiabilidade dos indicadores entomológicos e podem mascarar a real situação do território.

Em relação à positividade entomológica, das cinco amostras coletadas, todas foram positivas para *Aedes aegypti*, evidenciando circulação ativa do vetor e risco potencial de transmissão. Mesmo com número reduzido de amostras, a taxa de 100% de positividade indica que o mosquito está presente no território e encontra condições favoráveis para reprodução. Isso reforça a necessidade de ampliação das ações focais, educativas e de busca ativa nos imóveis pendentes.

Na análise dos ciclos anteriores, os percentuais de pendência permaneceram elevados, variando de 29,2% no primeiro ciclo a 30,7% no quinto, caracterizando problema persistente. O Índice de Infestação Predial (IIP) manteve-se, na maior parte dos ciclos, dentro de limites aceitáveis, exceto no segundo ciclo, quando atingiu 1,5%, situando-se na faixa de alerta. O IIP corresponde à proporção de imóveis positivos para larvas em relação ao total inspecionado e é indicador essencial para estimar o risco de transmissão. Valores abaixo de 1% são satisfatórios; entre 1% e 3,9% indicam alerta; acima de 4% sinalizam risco de surto.

Mesmo com IIP predominantemente controlado, foram registrados 14 casos de arboviroses no período, demonstrando que baixa infestação aparente não exclui a ocorrência de transmissão. É importante afirmar que a ausência de dados sobre zika e chikungunya limita análises mais abrangentes da situação epidemiológica.

A partir da observação territorial foi possível identificar determinantes socioambientais relevantes, como ruas não pavimentadas, acúmulo de água em desníveis, lixo exposto e descarte irregular de resíduos. Esses fatores favorecem a formação de criadouros, especialmente em recipientes como garrafas, plásticos e entulhos. Também foram observados trechos com esgoto a céu aberto, evidenciando vulnerabilidade estrutural. Embora o vetor não utilize esgoto como criadouro, a precariedade ambiental contribui para a manutenção de condições favoráveis à proliferação.

A análise temporal dos casos de dengue mostrou incidência baixa e relativamente estável na maioria das semanas, com registros entre 1 e 2 casos. Contudo, houve pico expressivo na semana 28, sugerindo aumento pontual da transmissão, possivelmente associado a fatores ambientais ou falhas momentâneas no controle. Posteriormente, observou-se nova elevação moderada na semana 36 e queda na semana 42, indicando tendência de estabilização. Não houve registro de chikungunya no período.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer as ações de vigilância, reduzir pendências, ampliar a cobertura de inspeções e investir em estratégias integradas que envolvam educação em saúde, mobilização social e melhorias estruturais no território. Somente com abordagem contínua e intersetorial será possível reduzir a densidade vetorial e prevenir novos casos de arboviroses no bairro Santa Lúcia.

Conclusão

Os resultados demonstraram relação entre as condições ambientais das microáreas e a incidência de arboviroses, conforme a base teórica. A análise evidenciou que acúmulo de lixo, falhas na coleta, precariedade no saneamento e irregularidades no abastecimento de água estiveram associados a maiores taxas de casos, confirmando a hipótese. Além disso, a ausência de manejo adequado de resíduos favoreceu criadouros e a proliferação do vetor.

3º COLÓQUIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O uso de mapas temáticos e a comparação entre microáreas permitiram compreender a dinâmica da transmissão e identificar áreas prioritárias. As ações extensionistas, como palestras e atividades de sensibilização, fortaleceram a prevenção e o diálogo com a comunidade e a Unidade de Saúde.

Agentes comunitários relataram que ações contínuas de vigilância e informação ajudaram a reduzir criadouros. Embora não tenham eliminado os riscos, representaram avanço na corresponsabilidade e no planejamento de políticas integradas.

Referências

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado (SESAB). Cenário Epidemiológico e Plano Operativo Emergencial de Contingência da Dengue Bahia. Fevereiro, 2024. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Apres-CENA%CC%81RIO-EPIDEMIOLO%CC%81GICO-E-AC%CC%A7O%CC%83ES-PARA-COMBATE-A%CC%80-DENGUE-NO-ESTADO-DA-BAHIA.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado. Plano Estadual de Contingência de Arboviroses Urbanas 2024–2026. Salvador: SESAB, 2024. Disponível em: https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/PlanoEstadualContingenciasArboviroses2024_2026__versao_final__PDF.pdf. Acesso em 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua/arquivos/2012/politica-nacional-de-atencao-basica-pnab.pdf>. Acesso em 22 out. 2025.